



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas e Educação Ambiental

Data: 25 de julho de 2023

Local: TEAMS

Presenças

| Setor | Nome | Representação | Órgão |
|-------------------------------------|--------------------------------|----------------------|---|
| 1 - Governo Federal | Rita Mesquita (Presidente) | 1 - Titular | Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA |
| 1 - Governo Federal | João Antonio Fagundes Salomão | 1 - Titular | Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa |
| 1 - Governo Federal | Garo Batmanian | 2 - Suplente | Serviço Florestal Brasileiro - SFB |
| 3 - Governos Municipais | Ademir Stroski | 1 - Titular | Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - Anamma |
| 3 - Governos Municipais | Jomary Mauricia | 1 - Titular | Confederação Nacional dos Municípios - CNM |
| 3 - Governos Municipais | Fabio Porto | 2 - Suplente | Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - Anamma |
| 3 - Governos Municipais | Allan Fontes | 2 - Suplente | Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - Anamma |
| 4 - Sociedade Civil e Trabalhadores | João de Deus Medeiros | 1 - Titular | Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA |
| 4 - Sociedade Civil e Trabalhadores | César Victor do Espírito Santo | 2 - Suplente | Fundação Pro Natureza - Funatura |
| 5 - Setor Empresarial | Nelson Ananias | 1 - Titular | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA |
| 5 - Setor Empresarial | Cristiane Cortez | 2 - Suplente | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC |
| 5 - Setor Empresarial | Renata Nishio | 2 - Suplente | Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ |
| Conama – Secretaria Executiva | Marcela Moraes | | Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima |
| Conama – Secretaria Executiva | Julia Lopes | | Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima |
| Observador(a) | Isabel Franca | | |
| Observador(a) | Maria Aparecida | | |
| Observador(a) | Pedro Mendes Neto | | |
| Observador(a) | Marcos Theodoro | | Secretaria Municipal de MA de Sergipe |
| Observador(a) | Michel Santos | | WWF Brasil |



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

1. Abertura e pauta

A Secretária Rita Mesquita, presidente da Câmara Técnica (CT), iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e propondo uma rodada de apresentações. Em seguida deu-se início às discussões da pauta:

- a) Informes;
- b) Discussão de temas prioritários para a CT; e
- c) Definição do calendário de reuniões.

2. Ordem do Dia

a) Informes

Rita Mesquita esclareceu que o regimento interno se encontrava em processo de revisão e que, após a conclusão, poderia haver mudanças processuais.

- **Proposta de resolução sobre Mata Atlântica no Estado de Goiás** - a diretora do Departamento de Apoio ao Conama, Marcela Moraes, informou que a proposta de resolução foi aprovada pela Câmara Técnica na gestão anterior e já estava em ponto de ser votada pelo plenário. Ela deveria ser pautada na próxima reunião plenária e todos os conselheiros receberiam a minuta da resolução com os pareceres apresentados no processo.
- **Proposta de resolução sobre o Pantanal** – apresentada pelo MMA, seria avaliada pelo CIPAM, que é o Comitê de Articulação de Políticas Ambientais do Conama, responsável pelo juízo de admissibilidade das resoluções. Sobre o trâmite, foi esclarecido que qualquer conselheiro pode apresentar proposta de resolução para o Conama, sendo necessário apresentar justificativa técnica referente à proposta e análise de impacto regulatório.
- **Proposta de resolução sobre o resgate de ninhos de abelhas nativas em áreas com autorização de desmate** – é uma discussão que ainda não está completa. A secretária Rita Mesquita sugeriu a criação de um grupo de trabalho para desenvolver essa proposta de regulamentação.
- **Demanda de criação de uma Câmara Técnica sobre Direitos Animais** - o Grupo Assessor de Revisão do Regimento chegou a um entendimento coletivo de que nesse momento dever-se-ia criar o mínimo de novas câmaras. Então a sugestão seria criar um grupo de trabalho dentro da Câmara Técnica de Biodiversidade, para iniciar esse processo. O GT poderá contar com membros externos, por ter aspecto mais técnico pode contar com especialistas no tema.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Grupo de trabalho sobre Lista PET** – O GT esteve ativo na gestão anterior e tinha uma resolução em discussão. Foi levantada a necessidade de avaliação política sobre a necessidade de recriar o grupo de trabalho. Recomendou-se convidar as pessoas envolvidas para fazerem uma apresentação e se pensar o melhor encaminhamento.

b) Discussão de temas prioritários para a CT

Na sequência dos informes, foi aberta a palavra aos participantes para receber sugestões de temas para a Câmara Técnica atuar:

- **César Victor do Espírito Santo (Funatura)** - trouxe o tema das zonas de amortecimento e corredores ecológicos. Observa que as UCs estão se tornando ilhas, as zonas e amortecimento e corredores ecológicos não estão sendo definidos, os planos de manejo estão ignorando este dispositivo. Tem muitas áreas sendo loteadas quando não deveriam.
- **João de Deus Medeiros (IA-RBMA)**
 - trouxe o tema da pesca de tubarões, ficou evidenciada com operação do Ibama. Considera que o Brasil não tem controle sobre isso.
 - falou sobre o edital do BNDES de concessões de exploração florestal nas flonas, da Região Sul. Foi encaminhada manifestação ao MMA sobre a exploração de áreas de Araucária Angustifolia. Entendem que não faz sentido a concessão de exploração em áreas plantadas há 60 anos e que hoje estão ameaçadas de extinção. O edital prevê a possibilidade de exploração dessas áreas com o argumento de que serão recuperadas.
 - outro tema é a resolução de restingas. Em 2009 o Conama aprovou a Resolução 417, que trata sobre a definição de vegetação primária e secundária em estágios sucessionais de vegetação de restinga. É uma resolução geral, pois com exceção dos estados de Santa Catarina e São Paulo, nenhum dos outros estados tinha apresentado propostas de resolução para isso. A lei da Mata Atlântica remeteu ao Conama essa responsabilidade. Sendo uma resolução geral, remeteu aos estados a obrigação de fazer a complementação, editando a lista de espécies e indicadores. Posteriormente saiu uma série de resoluções por estados, mas que não teve efetividade nenhuma. Simplesmente copiaram uma lista sugestiva de espécies que o Ministério tinha deixado à disposição à época, e que era uma lista imensa, e não tinha efetividade porque praticamente todas as espécies apareciam em todas as situações. E isso tem gerado um problema sério, que é a operação correta da lei da Mata Atlântica nessas áreas litorâneas, que tem sido objeto de uma pressão imensa.
- **Garo Batmanian (SFB)** – esclareceu que o processo de concessão não é novo. A concessão só é iniciada depois que o plano de manejo do ICMBio indica a área a ser concessionada. Isso inclui um processo de consulta feito por três anos, publicados em jornais e com reuniões. Não



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

é um processo do BNDES. O BNDES está prestando serviço ao MMA, ele é pago para fazer isso. E quem faz o processo é o MMA, que faz parte do programa de concessões. O SFB tem a vantagem comparativa de fazer a análise técnica e fazer as consultas públicas. E o BNDES recebe essa análise técnica para fazer a modelagem financeira para o SFB montar o edital. A lei permite que as araucárias plantadas sejam colhidas. Então a modelagem permitiu a retirada das araucárias onde tem mais de 170 árvores por hectare. Complementou que foi recebida a manifestação da Rede Mata Atlântica, e a manifestação foi entregue ao secretário executivo do MMA. A manifestação foi acatada e trabalharam com o BNDES para retirar as araucárias do edital. Concluíram que a retirada diminuiria em 20 milhões o faturamento e que os três editais continuam economicamente viáveis. Vão passar a alteração para aprovação do TCU, por haver mudança no edital.

- **Nelson Ananias (CNA)** – pede para receber com antecedência subsídios para deliberação sobre a criação dos grupos de trabalho. Uma outra questão, aproveitando a presença do SFB, é uma recomendação aos estados para análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com prazo definido.
- **Garo Batmanian (SFB)** – em razão de ter sido mencionado o CAR, considera que ele é um instrumento. Sugeriu que a CT poderia tratar da reserva legal, da APP e da regularização ambiental como um todo. Pois o problema não seria só o CAR. Precisa ter critérios para o PRA (Programa de Regularização Ambiental). É preciso pensar na questão da reserva legal da APP pelos entes privados e pelos instrumentos: PRA, PRADA (Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada) e CRA (Cota de Reserva Ambiental). Senão, a pessoa pode plantar qualquer coisa e vai valer como PRA. Considerou que a Câmara Técnica poderia fazer algumas recomendações e que virassem resoluções do Conama.
- **Rita Mesquita (MMA)** – destacou que tem um Fórum que trata sobre isso que é o CONAVEG, então teria que ter essa discussão lá primeiro para então se avaliar se a estratégia seria trazer realmente como resolução Conama ou que outro instrumento poderia se tornar uma política de fato a ser aplicada. Concorde com a necessidade de regulamentação dos três tópicos, mas precisa trabalhar com as estruturas conforme definidas pelo MMA.
- **João Antonio Fagundes Salomão (MAPA)** – escreveu no chat sobre colocar o Manejo Florestal Sustentável como uma das temáticas.
- **Fábio Porto (Anamma)** – destacou problemas na região norte com as unidades de conservação. Algumas assembleias estaduais estão tentando modificar as Zonas de Amortecimento, o tamanho das unidades, propõe um GT para acompanhar o tratamento da questão na região norte, acompanhar as tentativas de alteração de UCs e como o Ibama e o ICMBio tem atuado.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

c) Definição do calendário de reuniões

Sobre a frequência de reuniões, foi sugerido que as duas próximas sejam uma vez por mês, e depois reavaliariam. Sobre o dia da semana, ficou consensuado preferencialmente manter às terças feiras, na última do mês, pela manhã.

3. Encerramento da reunião